REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

URBANIZAÇÃO NA BAHIA

ARTIGO

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAETITÉ-BA *THE URBANIZATION PROCESS AND THE CONFIGURATION OF THE CAETITÉ-BA URBAN SPACE*

SANDRA LICIAN SACRAMENTO NEVES DE JESUS

Mestre em Geografia/UESB. E-mail: sandralneves@yahoo.com.br

RESUMO

Compreender a formação e usos do espaço da cidade pequena é um desafio para a Geografia Urbana, pois, no contexto atual da urbanização, a configuração desse espaço torna-se muito complexa, pois dialetiza-se internamente, ao criar sua distinção e papel frente as dentre as demais categorias analíticas. O presente artigo tem como objetivo apresentar a urbanização pretérita e atual e a configuração da cidade pequena de Caetité. A metodologia canalizou pesquisas documentais e a análise de dados bibliográficos. A urbanização não é apenas a concentração populacional nas cidades, pois a sociedade criou a inter-relação e/ou distanciamento entre os lugares, o que mudou as relações interpessoais, sociais e direcionou o fenômeno para além do simples fato de um grupo de pessoas se deslocar e concentrar para formar a cidade. Nesse ínterim, não se pode confundi-la com o êxodo rural e seus resultados, que causam nas cidades o efeito do crescimento desordenado. É uma dinâmica social de reformulação da própria sociedade que se transforma continuamente e muda as suas relações com a natureza com base nas necessidades da circulação do capital. No caso de Caetité, é decorrente de processos históricos ligados a colonização. Destacam-se suas fases: pretérita e a atual como imprescindíveis na composição político-sócioespacial.

Palavras-chave: Urbanização, formação, Cidade pequena, Caetité.

ABSTRACT

Understanding the formation and uses of small town space is a challenge for Urban Geography, because in the current context of urbanization, the configuration of this space becomes very complex, since it is internally dialectized by creating its distinction and role in relation to among the other analytical categories. This article aims to present the past and present urbanization and the configuration of the small town of Caetité. The methodology channeled documentary research and analysis of bibliographic data. Urbanization is not just population concentration in cities, because society has created interrelationship and/or distancing between places, which has changed interpersonal and social relationships and has driven the phenomenon beyond the mere fact that a group of people are move and focus to form the city. In the meantime, it cannot be confused with the rural exodus and its results, which cause in cities the effect of disorderly growth. It is a social dynamic of reformulation of society itself that continuously changes and changes its relations with nature based on the needs of the circulation of capital. In Caetité's case, it is due to historical processes linked to colonization. Its phases stand out: past and the present as indispensable in the political-socio-spatial composition.

Keywords: Urbanization, formation, Small Town, Caetité.



INTRODUÇÃO

A urbanização, fenômeno de transformação da própria sociedade, é a concentração e criação das relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas, mediante o rastro cultural dos grupos humanos num dado espaço-tempo. No caso de Caetité, é decorrente de processos históricos seculares ligados a colonização. Destacam-se suas fases: pretérita e a atual, como imprescindíveis na composição político-socioespacial.

O presente artigo tem como objetivo apresentar a urbanização pretérita e atual e a configuração da cidade pequena de Caetité. As reflexões sobre essa dialética da produção espacial foram possíveis quando escrutinaram-se a metodologia canalizada em pesquisas documentais e a análises de dados bibliográficos.

O texto está organizado em dois tópicos que reúnem informações sobre o processo de urbanização e a formação das cidades brasileiras, assim como a criação, ocupação e as transformações do espaço urbano de Caetité na Bahia.

URBANIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS

Os grupos humanos sedentários que se concentraram num determinado espaço desenvolveram outros modos de pensar, agir e extrair os recursos da natureza para sua sobrevivência. Desde então, estruturaram a sociedade estratificada que se transformou ao longo do tempo e, conseqüentemente, criou as relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas mediante o rastro cultural. Esse processo é a urbanização, que, de acordo com Santos (1993), pode ser reconhecida em suas duas fases distintas, a saber: a urbanização pretérita e a urbanização atual em que multiplicaram, dentre outros aspectos, os aglomerados urbanos no Brasil, as contradições econômicas da luta de classes e definições espaciais das cidades.

Nesse processo, os grupos sedentários relacionaram-se numa porção menor do espaço onde implementou, ao longo do tempo, os sistemas de engenharia, assumiu um novo parâmetro de vivência, se reproduziu e produziu para a subsistência. Ademais, impulsionou a formação das cidades, “[...] forma concretizada deste processo” (SPOSITO, 2005, p. 11).

A cidade é uma construção socioespacial de uma classe dominante que maximiza politicamente, aprofunda a divisão do trabalho, cria e mantém um exército de reserva funcional que vive as margens do sistema em condições miseráveis. Assim, as relações político-econômicas e sociais desenvolvidas ao longo do tempo sustentaram as bases estruturais que garantem a composição morfológica dos conjuntos centrais periféricos desse espaço.

As cidades brasileiras surgiram, de acordo com Santos (1993), no contexto da urbanização pretérita em que a exploração das terras colonizadas marcou a origem da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) no auge das Grandes

Navegações e perdeu por mais de três séculos e meio na inovada inter-relação sociedade-natureza-capitalismo. Impulsionou ainda o adensamento dos diversos povos que, paulatinamente, arregimentaram condições necessárias para o surgimento das primeiras relações capitalistas, com base na economia agrária-exportadora.

A princípio, os colonizadores ocuparam a faixa litorânea da região Nordeste, a primeira zona de povoamento, que posteriormente se transformou em uma importante economia agrária de cultivo da cana de açúcar, cuja mão de obra indígena e, posteriormente, escravagista africana enriqueceu a metrópole europeia. “Durante séculos o Brasil como um todo é um país agrário”, (SANTOS, 1993, p. 17), cuja sociedade capitalista, potencializada pela urbanização, atingiu o pioneirismo na configuração da primeira rede urbana americana, comandada por Salvador.

O ano de 1530 marcou a primeira fase da urbanização brasileira. De acordo com Santos (1993), dentre as oito primeiras cidades criadas no país até o ano de 1549 está Salvador, considerada uma das mais importantes do mundo e marco fundamental da Bahia. Se destacou também pelo seu papel e funções na polarização do poder regional ao compor seus relacionamentos que criava a primeira rede urbana do Brasil. Dispunha de recursos jurídicos, importância militar, eclesiástica que dava suporte as vilas de suas proximidades. Como importante rota comercial, interligava o ciclo econômico do açúcar do Nordeste com o mundo. Essa produção rentável alavancou a configuração de múltiplas e adensadas aglomerações desiguais. Essa foi a urbanização pretérita na Bahia.

A urbanização, nessa lógica, produziu múltiplas transformações nos espaços, dentre outros, os sertões no interior baiano, que inicialmente passaram a ser explorados no escravagismo sistêmico, como alternativa de crescimento dos setores econômicos emergentes: o secundário e o terciário. O ciclo do ouro impulsionou, inicialmente, as expedições das Bandeiras Sulistas a buscar metais preciosos que aumentariam os padrões econômicos do sudeste do país no auge do século XVIII, período em que disseminavam-se também as primeiras indústrias europeias.

Na segunda década do século XVIII, a partir de 1727, a urbanização intensificou-se com a dominação espanhola, conseqüentemente, outras trinta e cinco vilas foram criadas, dentre as quais São Paulo e Olinda foram elevadas à categoria de cidades. No caso de específico de São Paulo, desenvolveu-se uma forte economia baseada na monocultura do café. Assim, deram origem a uma rede urbana possuidora de sessenta e três vilas e oito cidades que desenvolveram lentamente o Sudeste, ainda que apresentasse relações internas muito deficientes entre os lugares. Nesse momento a urbanização consolida-se.

A economia cafeeira acumulou o capital que foi suficiente para o desenvolvimento da indústria no país. Com o desenvolvimento desse setor, Arruda (1988, p. 9) destacou

“[...] o papel do aumento populacional, das transformações agrícolas, mas sobreveia a substituição das regulamentações típicas do sistema corporativo de produção pela competição [...]”. Houve o aprofundamento da estratificação social e o distanciamento das classes burguesa e proletária que solidificam a dinâmica capitalista. A rápida dispersão industrial ocorreu no final do século XIX e atingiu todos os países do mundo, inclusive o Brasil, que tardiamente foi industrializado.

A industrialização também influenciou na elevação da concentração de habitantes nas cidades médias e pequenas, que foram se desenvolvendo esparsamente no território brasileiro. Conforme Becker e Egler (1992), o processo de urbanização acelerou-se entre os anos de 1967 e 1973, no contexto do “Milagre Econômico”, que incorporou inovações tecnológicas para a vivência na era da velocidade. Ao mesmo tempo, criou os espaços de lentidão, os quais são deficientes em infraestrutura urbana e se tornaram áreas suburbanas de ocupação dos pobres. Isso nos faz compreender a cidade enquanto construção humana, produto histórico social, fruto do trabalho materializado ao longo de processos históricos cumulativos que pode ser consumida no presente com vistas ao futuro.

A atuação do Estado garantiu que a cidade industrial se desenvolvesse no Brasil sob duas vertentes que se unem e se completam, a saber: a conversão da cidade tradicional em mercantil e de produção industrial em área de concentração de poder, e a incorporação das cidades pequenas como produção mono industrial, que, para Monte-Mor (2006), se tornam importantes lugares de influência regional capturadas pelas médias e grandes cidades.

Os investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia estabeleciam as condições para a produção industrial e também para o consumo coletivo. Nessas condições, verifica-se que as restrições da produção industrial fragmentaram o território e toda produção convergia para a área de influência e controle.

O espaço da cidade, na passagem do capitalismo industrial para o financeiro, se urbaniza para as seguintes realizações: a propriedade privada, produção, circulação, e de consumo desigual em que o “[...] valor de troca é o elemento através do qual se realiza o capital explicitando a construção da cidade enquanto “negócio” [...]” (CARLOS, 2007, p. 17). A propriedade da Terra se insere na reprodução do capital, de modo que para morar na cidade paga-se e consome-se caro. Não obstante, segregam-se e autosegregam.

A urbanização brasileira, no contexto da industrialização, assume outra face distinta da pretérita, quando impulsiona o aprofundamento das desigualdades sócioespaciais. “[...] O processo de urbanização, a globalização, as redefinições de apropriação e propriedade do capital e predomínio de corporações financeiras internacionais, acirram e aceleram a desigualdade socioespacial. [...]” (RODRIGUES, 2007, p. 3). Esses elementos dinamizam e interligaram as cidades pequenas do interior do Brasil à rede urbana.

Nessas condições, o fenômeno compôs, também, a periferia urbana mais densa e cheia de problemas sociais e econômicos das Américas e privou, assim, a classe pobre de saneamento básico, esgoto e, ao mesmo tempo, promoveu-lhes precária iluminação, conjuntos em áreas de grande impacto e riscos socioambientais, com a presença de uma forte e crescente criminalidade.

A implantação do parque industrial formou uma nação industrializada, ainda que tardiamente, mas também caótica, no final do século XX. Conforme Becker e Egler (1992), o país carecia de melhor administração para ser mais estruturado, de maneira a atender suas realidades regionais e dar importância mais efetiva às populações mais pobres e ao meio ambiente.

As relações conflituosas entre as classes distintas, nos argumentos de Sposito (1999), realizaram a concentração desigual e mudaram o caráter das cidades, em que concentraram o poder e multiplicaram os espaços de subordinação do capital, como também tornou mais complexa a fase recente da urbanização.

A urbanização atual, no contexto da industrialização, interliga os espaços e cria os relacionamentos entre as cidades pequenas com fins de estruturar a mobilidade do trabalho e do capital. A industrialização no final do século XX incorporou os sistemas de fixos e fluxos na rede urbana. Disto resulta a expansão do tecido urbano.

No final século XX e início do século XXI esses dois processos ocorrem quase que simultaneamente a ponto de confundir-se. “[...] Com a industrialização, a urbanização experimenta um impulso considerável a ponto de constituir-se num aspecto indissociável [...]” (CARLOS, 1991, p.46). Todavia, bifurcam-se, quando a primeira compreende nova a transformação da própria sociedade que absorveu o conhecimento científico, desenvolveu a tecnologia, criou os meios de comunicação e processamento de informações que transformou o espaço geográfico em técnico-científico-informacional.

A urbanização é complexa, visto que o trabalho realizado com a utilização dos objetos técnicos e a espacialização industrial culminou em uma intensa concentração de equipamentos e pessoas que expressam riquezas e pobreza ao mesmo tempo e no mesmo espaço em que se estruturaram os conjuntos periféricos. O “esfacelamento” do espaço atendeu as demandas da reprodução do capital e essa “[...] efetiva passagem da cidade ao urbano foi marcada pela tomada da cidade pela indústria e trouxe a produção - e o proletariado - para o espaço do poder”. (MONTE-MOR, 2006, p. 1).

Atualmente, transforma os espaços da cidade e o rural em áreas de agroindústrias e agronegócios. “[...] Cidade e campo, elementos sócio-espaciais opostos e complementares, constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social [...]”. (MONTE-MOR, 2006, p. 4). Face às práxis urbanas e do sentido de cidadania e modernidade que a conceituação

da urbanização extensiva foi possível, pois se firmou como um fenômeno que interliga ambos ao espaço urbano-industrial, o qual expande suas fronteiras e define sua morfologia urbana.

No entendimento de Campos (2006), o lado reverso e perverso da industrialização implica em um processo de urbanização descontrolado, o que acarretou no aumento vertiginoso da população, que passou a habitar em dois subconjuntos de áreas pobres e ricas.

O fenômeno em questão não é o êxodo rural cujos resultados causam o crescimento desordenado e a concentração populacional nas cidades, pois a sociedade criou a inter-relação e/ou distanciamento entre os lugares, o que mudou as relações interpessoais, sociais e direcionou o fenômeno para além do simples fato de um grupo de pessoas se deslocar do agrário e se concentrar na cidade. O fenômeno é uma dinâmica social de reformulação da própria sociedade que se transforma contínua e paulatinamente quando muda suas relações com a natureza para atender as demandas do capital.

Portanto, atualmente, um dos maiores desafios é conceituar a urbanização no contexto da industrialização. É preciso analisar como esses processos influenciam a configuração e produção do espaço mundial e brasileiro, uma vez que condicionaram as metamorfoses das formas de produção sociais para atender as demandas do capitalismo.

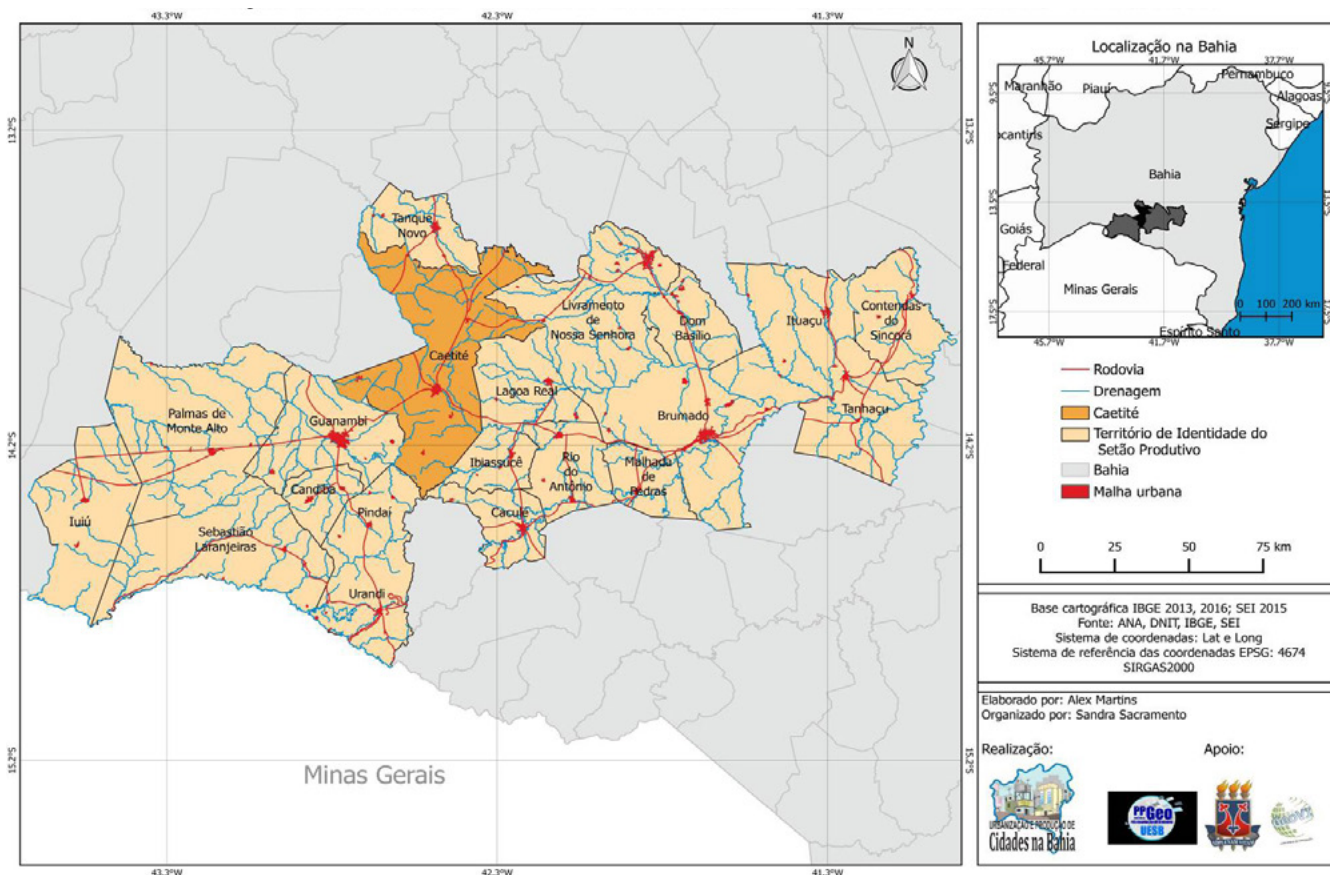
URBANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAETITÉ

O município de Caetité está localizado nas coordenadas 14° 04' 16" sul e 42° 23' 11" oeste, como parte do Território de Identidade Sertão Produtivo¹. Conforme o IBGE (2018), dista da capital do Estado da Bahia Salvador a aproximadamente 757 km. Limita-se, ao norte, com Tanque Novo e Paramirim; ao sul, com Ibiassucê, Pindaí e Licínio de Almeida; a leste, com livramento de Nossa Senhora e Lagoa Real; e a oeste, com Guanambi. (Ver mapa 1).

Pertencente ao Sertão Baiano, foi configurado quando as bandeiras paulistas, no contexto do ciclo econômico mineralógico no interior, impulsionaram suas primeiras aglomerações humanas, sobretudo, em virtude da descoberta de um cinturão da ametista, do ouro e da prata, nas terras que formariam a cidade de Caetité.

A origem da pequena cidade sobredita ocorreu no contexto da urbanização “pretérita” em que se formaram inicialmente as relações sociais, econômicas e políticas, baseadas na economia escravagista de exploração mineral nas sesmarias baianas. Estabeleceu-se nessas terras a subordinação entre os dominados e dominadores.

A urbanização pretérita de Caetité é decorrente de processos históricos seculares ligados as conquistas dos portugueses, que inicialmente saqueavam a Colônia e, posteriormente, implantaram monoculturas, o que gerou



Mapa 1 – Localização de Caetité no Território de Identidade do Sertão Produtivo da Bahia, 2018.

¹Regionalização por critérios multidimensionais, dentre outros: a economia, sociedade distinta, cultura, políticas e as instituições, que abrange pequenas cidades do semiárido, com fins de melhor atendê-las através de políticas públicas que minimizem as desigualdades regionais. (SEPLAN, 2004-2007).

os grandes latifúndios no interior do Brasil e a criação do primeiro núcleo comercial e residencial. A motivação para a exploração permeava a ganância do possuir ouro que, na interpretação de Silva (1978), aumentava os rendimentos dos colonos e, mediante as bandeiras, objetivavam dominar e encontrar novas terras que se constituíam como reservas de matérias-primas diversas que poderiam enriquecer os mercadores da metrópole.

Os portugueses, ao colonizar o interior do país, encontraram o vale do São Francisco, que Silva (1978) denominou de “Pará”, originário do Tupi que significa “grande mar”, o lugar que abriu caminho para a expansão da “civilização” que iniciou a urbanização do interior da Bahia. A primeira expedição que penetrou nos sertões, segundo o autor, foi a de Francisco Bruzza de Spinosa, no ano de 1553, juntamente com o padre João Aspicuelta Navarro da Companhia de Jesus, que implantou os primeiros postos de Catequese como auxílio para a exploração e administração com intuito de garantir o total domínio colonial.

O vale do São Francisco era a região dos sertões dos currais da Bahia, que foi explorada sob a custódia da Casa da Torre e a Casa da Ponte, comandadas por Francisco Dias d’ávila e Antônio Guedes de Britto, os respectivos proprietários de muitas sesmarias em que se desenvolviam as atividades agrárias.

A descoberta desse importante rio despertou o colono Gonsalo Coelho ao aproveitamento fluvial, uma vez que o considerava excelente via de tráfego potencialmente navegável, imprescindível à formação dos primeiros núcleos adensados que deram origem as cidades baianas dessa região. Para Silva (1978), as margens eram ocupadas pelos nativos que foram vencidos pela hostilidade do europeu numa luta sangrenta que perdurou por mais de dois séculos, em que esses últimos possuíam profundos interesses em utilizar a terra para sobrevivência e/ou acúmulo de capital respectivamente. O autor destaca ainda dois combatentes, dentre os quais estão: Antônio Guedes de Brito e Mathias Cardoso de Almeida, considerados como “heróis sertanistas”, dominadores das terras interioranas do país que “desprenderam as trilhas” ao remover todos os percalços para assegurar a “paz” fronteira entre Bahia e Minas Gerais, no período denominado de bandeiras, quando do mercantilismo aurífero no contexto da origem do capitalismo, bem como da Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

As bandeiras foram iniciadas na segunda metade do século XVI e consolidadas no século XVIII ao atingir o ápice de sua evolução, quando a Coroa Portuguesa reassumiu a ocupação do território brasileiro, que, consoante a SEI (2001), foi arruinada pela invasão holandesa em 1624. Os portugueses lançaram suas expedições interioranas que resultaram nas descobertas das minas de Jacobina e do Rio de Contas. Na visão de Silva (1978), 800 garimpeiros, aproximadamente, migraram de São Paulo, Minas Gerais e Serro Frio para as minas

recém descobertas em Rio de Contas, o que deu origem ao povoado que rapidamente se transformou em vila, um dos primeiros aglomerados urbanos nas imediações das antigas terras conhecidas como Sítio Caetatés, que foi incorporado ao termo da vila de Rio de Contas.

O autor supracitado declara que foi em épocas remotas, no ano de 1740, que erigiu-se a primeira capela em Caetatés, o que implica a assunção do povoado enquanto importante fornecedor econômico dos Sertões. Como passagem estratégica para os bandeirantes que faziam a rota entre Minas Gerais e Rio de Contas, isso constituiu excelente rota comercial de mercadorias e de africanos que foram escravizados, o que criou o primeiro ciclo econômico escravocrata do sítio e possibilitou o aumento dos aglomerados de cunho agrário português.

Silva (1978) reafirma que Caetatés foi um sítio abrangedor de zonas auríferas que se ampliavam e, ao chegar no final do século XVIII, administrava: Morro do Chapéu, Curralinho, Banho, Conceição, Riachão, São José e Jacaracy. Isso consistia em um intenso foco de exploração que formou a primeira “ilha” econômica de terras férteis e acelerou o processo de ocupação populacional, o que a interligou as demais zonas auríferas dos sertões. Dessa área foram retiradas volumosas quantidades de ouro e outras pedras preciosas.

Os trabalhadores escravos do país não eram, na visão de Freitas (2011), somente os africanos negros, mas também indígenas, que no caso específico do Brasil foram caçados e exterminados, quase em sua totalidade, pois a maioria lutou e abjurou-se da imposição da Coroa Portuguesa, que os estereotipava como demônios, selvagens, bravos, incivis e ignorantes. O colonizador visava a força de trabalho que poderia ser adquirida somente com a expropriação territorial.

O processo pretérito de urbanização do Caetatés foi marcado por lutas intensas, semelhantemente aquelas ocorridas em todo país, cujas consequências foram anos de escravidão e de domínio das classes burguesas brancas sobre os africanos.

A sociedade de caetatés foi fundada no hibridismo de escravos negros e senhores latifundiários donos de engenhos, o colonizador branco, além do índio nativo. Nesse contexto, os colonos que exploravam a agricultura, pecuária e o ouro aceleraram o processo de ocupação. O núcleo urbano ganhou importância com a vinda de diversas famílias que ora o conheciam pela fama de sua prosperidade, ora se tornaram fugitivos da Coroa Portuguesa no alibi da Inconfidência Mineira. Nesse período, uma série de agrupamentos residenciais barrocas foram edificadas, cujos detalhes externos apresentavam eiras, beiras e logo abaixo das janelas as cimalthas, uma espécie de moldura que embeleza a obra arquitetônica e demonstra o contexto do colonialismo, o status social das famílias que o habitavam e o Clero que compunha a classe nobre. As ruas compridas e

²Caetatés era uma coletânea de fazendas que agregava um pequeno centro comercial e duas ruas nas proximidades da praça da Igreja Matriz. Em 12 de outubro de 1867 foi considerada pela lei provincial nº 995, uma cidade pequena, com alteração do topônimo para Caetité, conforme o IBGE (1958).

estreitas, casas baixas e espaçosas cobertas de telhas caídas localizadas no núcleo inicial de povoamento são identificadas por Mendes (1996) como a Caetité Velha. A repartição das residências antigas denuncia a que classe social pertencia determinada família. A Igreja de Nossa Senhora de Santana, chamada de Matriz, ainda hoje está cercada por esses casarões que denotam a pujança da elite do passado remoto da cidade, na acepção de Santos (1995).

A evolução urbana foi marcada pela lógica escravocrata que, nas reflexões de Pires (2009), retrata o período histórico em que a mercadoria rentável era a posse de negros por meio de registro em cartório. Outro marco fundamental foi a construção de um conjunto arquitetônico na praça principal, onde se formou o primeiro núcleo comercial, cujas casas possuíam no interior repartições demonstrativas da dominação branca europeia sobre africanos negros, estabelecidos como escravos domésticos que pernoitavam nas senzalas localizadas nos fundos ou no porão das casas.

No parâmetro da expansão ultramarina foram erguidas moradias que pertenciam aos grupos de pessoas da mesma família lusitana, que formavam parte da elite residente em Caetité e, por isso, edificavam moradias bem próximas umas das outras, que deu forma ao vilarejo. Em 12 de outubro de 1867, pela lei provincial nº 995, a Vila do Príncipe passou a ser considerada cidade com alteração do topônimo para Caetité, como comprova o IBGE (1958).

O ciclo econômico do café no Sudeste condicionou a maiores aglomerações, que, para Santos (1993), gerou um acúmulo da riqueza, fluidez do capital interno, criou condições para a implantação da infraestrutura urbana, ao estabelecer as primeiras vias férreas de escoamento da produção. O capital gerado foi suficiente para financiar a exploração, sobretudo, das minas de ouro nos Sertões baianos que, conseqüentemente, criou uma via de acesso entre a Mina de Rio de Contas e Minas Gerais que, em 1754, foi transformada em freguesia e posteriormente intitulada de Caetité².

A produção cafeeira do Sudeste, alicerce econômico colonial, que estendeu-se para o Sudoeste baiano dentre outros municípios, contemplou a produção em Caetité, juntamente com as seguintes culturas: cana-de-açúcar, fumo,

Tabela 1 - Taxa de Crescimento Geométrico Anual da população urbana e rural, Caetité - Bahia, 1940-2010.

Períodos	Crescimento geométrico anual	
	Rural	Urbana
1940-1950	1,87	1,67
1950-1960	-5,15	6,06
1960-1970	4,44	-2,16
1970-1980	0,8	2,58
1980-1991	-3,34	3,81
1991-2000	-0,9	3,69
2000-2010	-1,25	1,95

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

milho, mandioca, feijão; associadas a criação de gado leiteiro e a exploração mineral no território, o que incorreu em crescimento exponencial da população residente e ocupada no campo entre os anos de 1940-1950.

A Tabela 1 representa que o Crescimento Geométrico Anual da população rural e urbana, entre os anos de 1940-1950, apresentaram índices positivos. Entre os 1950-1960 houve decréscimo de habitantes rurais. Todavia, a partir de 1960-1970, o efeito se torna reverso, posto que população urbana diminui e chegou em ambos os espaços a taxas negativas, certamente de desmembramentos. No decorrer dos anos de 1970-2010, houve sucessivas quedas no contingente residente no campo, o que apresentou déficit no total. O crescimento da população cidadina se efetiva a partir de 1970-2000, embora entre os anos de 2000-2010 as taxas caíram novamente.

Ocorreram perdas de residentes rurais entre 1950-1960, assim como em 1980-1991, por ocasião do desmembramento de 45 distritos importantes, dentre outros: Igarorã (1953-58), Guanambi (1962) e Lagoa Real (1989) que atingiram a emancipação. A partir de 1980-2010 elevou-se substancialmente a taxa de crescimento geométrico anual urbano, o que também acelerou o processo de urbanização e fez a cidade absorver novos eventos em sua dinâmica.

A Tabela 2 demonstra que somente entre os anos de 2000-2010 a taxa de urbanização obteve novos patamares e pela primeira vez na história de Caetité a população urbana superou a rural, pois a maioria da população passou a residir na cidade e isso contribuiu para que a taxa de urbanização elevasse para 59,87%.

Tabela 2 - População total rural, urbana e da cidade; Taxa de Urbanização, Caetité - Bahia, 1940-2010

Períodos	Total	Rural	Urbana ¹	Taxa de Urbanização ²
1940	33.848	28.757	5.091	15,04
1950	40.624	34.615	6.009	14,79
1960	31.236	20.409	10.827	34,66
1970	40.200	31.501	8.699	21,64
1980	45.318	34.100	11.218	24,75
1991	40.380	23.455	16.925	41,91
2000	45.090	21.631	23.459	52,03
2010	47.515	19.068	28.447	59,87

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Notas: 1 - São incluídas as pessoas que vivem nas sedes de outros distritos e povoados; 2 - Percentual da população urbana sobre a total.

A partir do século XX, no contexto da proclamação da República, o imperador Dom Pedro II prescreveu no ano de 1908 a instalação do primeiro observatório meteorológico do Brasil em Caetité com fins de registrar as alterações climáticas do Alto Sertão baiano. Em 20 de outubro de 1913, o Papa Pio X desmembrou Caetité da Arquidiocese de Salvador para

torná-la sede diocesana, o que contribuiu para a criação de um clero forte, cujas habitações continham, dentre outras, o Palácio Episcopal localizado ao redor da Igreja Matriz na praça da Catedral Senhora Sant'Ana, que forma o Centro. Nesse período, consoante Marques *et al.* (2013), a diocese de Caetité contava com 35 paróquias e sua criação converteu a cidade em um dos maiores centros urbanos da Bahia.

Em 1950, a Escola Normal, que em 1955 passou a ser o Instituto de Educação Anísio Teixeira, foi implantada por ocasião de importantes mudanças político-educacionais brasileiras, fomentadas por Anísio Teixeira, Diretor Geral da Instrução Pública baiana e um dos maiores educadores do Brasil. Na interpretação de Santos (1995), alcançou o objetivo de expandir o ensino público de qualidade para formação de docentes em sua terra natalícia. Ela foi incorporada pela Universidade do Estado da Bahia, identificada em 1962 como Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetité (FFCLC), no ano de 1983, cujas reformulações estaduais passaram a denominá-la de Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Campus VI na sede. Essas estruturas atraíram um número significativo de mão de obra, algumas mais qualificadas, que poderiam atender as novas exigências do mercado educacional em toda região. Nesses estabelecimentos educacionais ofertavam-se cursos de Licenciatura Plena para a formação docente e possibilitaram a expansão da cidade para suas margens e como obras embrionárias foram de suma importância para a evolução urbana de Caetité.

A cidade de Caetité se tornou ao longo do tempo uma área altamente rentável e, dentro do processo Capitalista, produto do capital, em que, por mérito da dinâmica econômica local, intensificou a exploração do solo urbano, que nos argumentos de Carlos (2015) é um negócio rentável, cuja especulação imobiliária estabeleceu preços elevados por metro quadrado, o que nega o direito de posse de terra para a maior parte da população que vive em condições precárias. Contraditoriamente, mesmo que a cidade se constitua como de pequeno porte, também se tornou fornecedora de matérias primas capazes de abastecer indústrias modernas.

Nesse ínterim, a urbanização pretérita esmaece e assume uma nova face, pois a chegada das empresas impactou o município, o que incorreu em maior mobilidade do trabalho, implementou mudanças radicais nos modos rurais que absorveram características urbanas capazes de transformar *pari-passo* as relações do rural-urbano no desenrolar das forças produtivas. Esse processo produziu as diferenciações socioeconômicas no país entre os séculos XVII e XVIII.

Outras instituições, bem como empresas e indústrias adentraram o território, dado o fato de tantos outros recursos naturais e mineralógicos disponíveis, como manganês, na divisa com Licínio de Almeida e Caculé, extraído pela Companhia Vale do Rio Doce; urânio, na divisa com Lagoa Real, explorado pela Indústria Nuclear do Brasil; ametista, no distrito de Brejinho das Ametistas, cinturão de minério de Ferro; e granito, pela Bahia Mineração, com sede em Salvador, cujo foco era a obtenção de aproximadamente 20

milhões de toneladas de minério de ferro em Caetité, projeto que intitula-se Pedra de Ferro e reafirma o município como importante polo econômico do país (BAMIN, 2018).

Entre os anos de 1989 e 1990, outras indústrias de bens de consumo foram trazidas, dentre as quais estão a Fortiori, Sketch, Maluana, Art'Silk e Chispan alimentos, cerâmicas e a Renova Energia, que foi implantada entre os anos de 1999-2012 e inaugurou o maior complexo eólico da América Latina em território caetiteense.

Na concepção de Pires (2009, p. 173), dentre as pequenas indústrias manufatureiras é possível destacar, ainda, os alambiques, “[...] uma produção destinada, basicamente, ao mercado interno [...]”. A cachaça artesanal é produzida na comunidade de Santa Luzia, contudo enfrenta os reveses do mercado e a agressividade dos atravessadores.

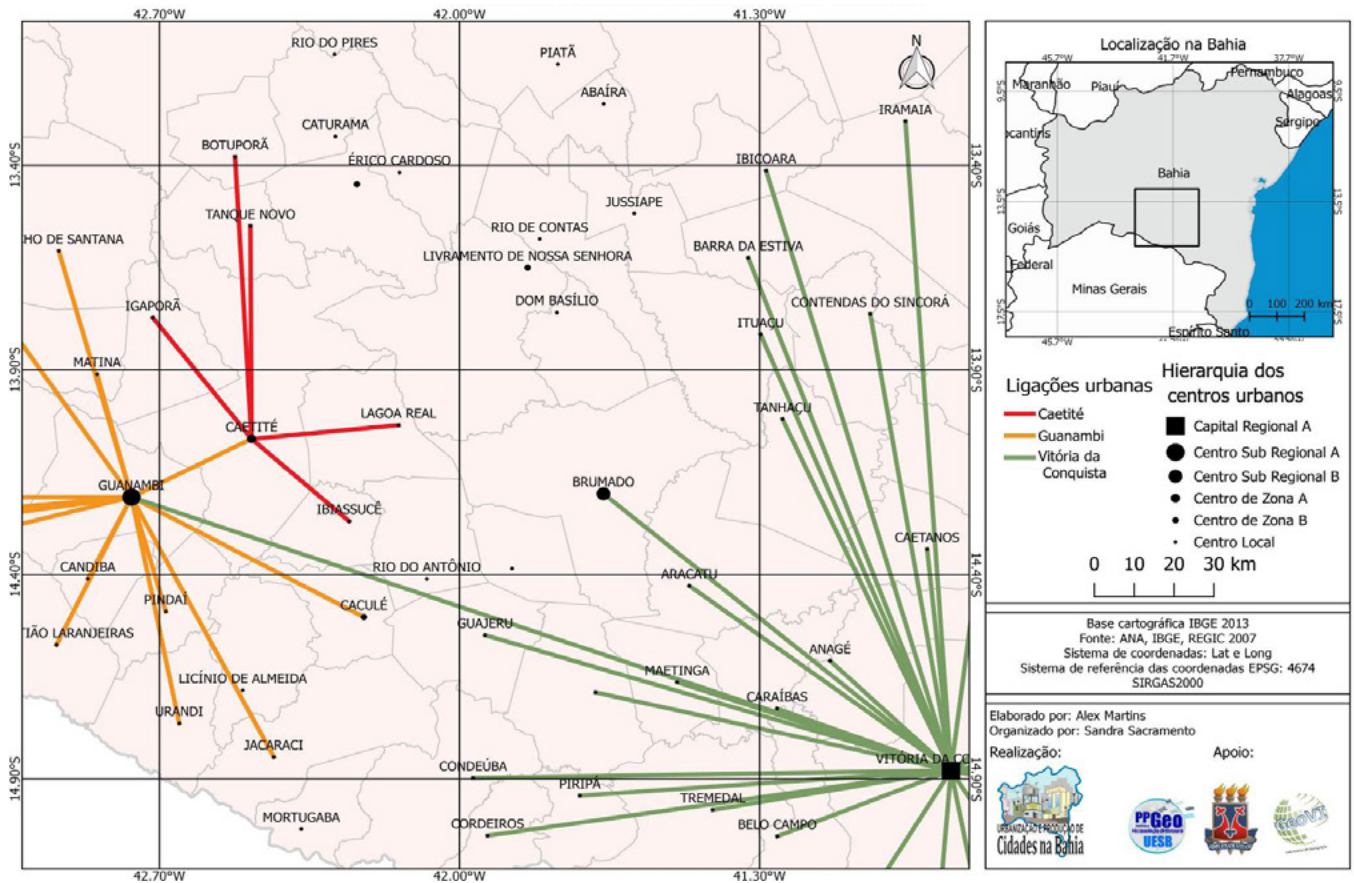
Para Santos (1995), outro setor que sustenta a economia são as gráficas, que foram instaladas inicialmente no século XIX, como a gráfica d’A Pena, do proprietário e jornalista João Gumes. Atualmente, existem três gráficas de tipografia e off-set que marcaram a imprensa. A Saboaria Astro, localizada na comunidade da Tabua, a oeste da cidade, inaugurada em 1995, assim como uma pequena produção artesanal de farinha de mandioca no distrito de Maniaçu, mas que não possui quantidade suficiente para preencher o mercado interno.

É pertinente analisar a origem das cidades e “[...] apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicam a extensão da urbanização [...]”. (SPOSITO, 2005, p. 11). Percorrer esses passos é fundamental para conhecê-las e categorizá-las.

Os novos arranjos econômicos apontam que a cidade de Caetité tem classificações específicas quando comparadas a outras da Bahia. O IBGE (2008) diferencia as cidades pequenas com base em seus relacionamentos externos, assim é possível defini-las em suas especificidades, como cidade de menor porte (cidade pequena), Centro de Zona “A”, contida na rede de relações de uma Capital Regional “A”, Vitória da Conquista, que polariza 70 centros, se articula diretamente a polos de maior influência na rede urbana. Se caracteriza como cidade pequena que tem funcionalidades inferior às cidades médias (Vitória da Conquista) e, conseqüentemente as metrópoles.

Todavia, ainda que ofereça um conjunto de atividades, exerça influência sobre alguns municípios, possui uma rede urbana mais circunscrita. No ínterim da hierarquia dos centros urbanos brasileiros, sobretudo na região Sudoeste da Bahia, a atuação político-econômica restringe-se apenas a cinco municípios circunvizinhos, tais como Botuporã, Ibiassucê, Igaporã, Lagoa Real e Tanque Novo; e cria uma pequena rede de centralidade e funcionalidade em seu território. (Ver mapa 2).

O IBGE (2010) classificou como cidades pequenas aquelas que contêm até 50 mil habitantes; as médias variam de 100.001 a 500.000 habitantes; e aquelas que representam mais 500.000 habitantes são consideradas grandes cidades. Para Ferreira (2008, p. 5), “[...] a qualificação ou não de cidades, deva ir além do número de habitantes e, que esse critério não deve engessar as discussões e análises [...]”.



Mapa 2 – Rede de Influência Urbana de Caetité, 2007

Esse critério é somente uma variante, pois as relações presentes no lugar é quem deve definir as lógicas do urbano ou rural.

Ao analisar apenas os aspectos quantitativos das cidades pequenas, no entendimento de Santos (2008), perde-se de vista importantes aspectos morfológicos próprios de cada cidade, enquanto que a generalização de um dado mínimo incorre em erro grave, pois as cidades são funcionalmente diferentes, possuidoras de conteúdos que mudam constantemente, não raro, instantaneamente, o que dificulta a compreensão de suas complexas relações. É necessário defini-la face serviços, bens de consumo oferecidos no setor terciário para atrair consumidores e os sujeitos que as consomem. É imprescindível associar aspectos qualitativos para entender suas funções e papéis no contexto da rede urbana.

Considerações Finais

A face pretérita da urbanização da pequena cidade Caetité revela-se pelos seguintes fatores: o desejo dos sertanistas em explorar os novos espaços e acumular riquezas para a capitania de São Vicente, a lógica do desbravamento interiorano do sertão baiano com fins de efetivar as terras brasileiras como áreas de controle permanente da metrópole portuguesa.

O fenômeno tornou-se atual, intenso e complexo com a industrialização. Na recente fase do capitalismo, a globa-

lização, corporificou as empresas, mas também materializou a pobreza, o que torna a morfologia urbana dialética, criou áreas de atração e repulsão na escala da cidade. Introduziu novas relações sociais, de trabalho e produção, que originaram o setor terciário, principal motor da economia, seguido do primário. Juntos, absorveram a maioria do pessoal ocupado em suas atividades, o que modificou a dinâmica urbana.

A população rural migrou para a cidade, teoricamente, em busca de melhores condições de vida, o que acelerou a concentração do maior contingente populacional e expandiu o espaço urbano em Caetité.

Referências

- ARRUDA, J.J.A. **A Revolução Industrial**. 2. ed. São Paulo. Ática, 1988. p. 90.
- BAHIA, **Anuário Estatístico**. V1, 1972. Anuário da Bahia: SEI, 2001.
- BECKER, Bertha e EGLER, Claudio. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro. 3. ed. Bertrand Brasil, 1992.
- CAMPOS, A.C. A Construção da cidade segregada: O papel do Estado na Urbanização de Aracaju. In: ARAÚJO, Hélio Mário de (Org.) *et al.* **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão: UFS, 2006, p. 166-196.

CARLOS, A.F. **Espaço e Indústria**. São Paulo, Contexto, 1991.

_____. **A cidade como negócio**. São Paulo, Contexto 2015.

_____. **O espaço urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo. FFLCH, 2007, p. 123.

FERREIRA, S.C. Contribuição ao debate acerca de pequenas cidades na rede urbana. In: XVII SEMANA DA GEOGRAFIA, "I Simpósio sobre pequenas cidades e desenvolvimento local", **Anais...** Universidade do Estado de Mato Grosso, 2008.

FREITAS, G.L. Princípios Jurídicos na Colonização Ibero Americana: O debate sobre a escravidão indígena. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. v. 1, n. 1, UEM. **Anais...** Paraná: Lab Tempo, 2011.

_____. **Censo Demográfico**: população e habitação, 1940. Parte XII, tomo I, série regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censo Demográfico**: Estado da Bahia, 1950. V. XX, tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

_____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**: Brasil. 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Censo Demográfico Bahia**: recenseamento geral, 1970, v. 1, tomo XIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

_____. **Censo Demográfico 1980**: dados distritais-Bahia, v. 1, tomo 3, n. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1983,

_____. **Censo Demográfico 1991**: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, n.17-Bahia Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>. Acesso: 05 set. 2018.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, p. 108-114, jul. 1958. v. XX.

_____. **Geociências**. Disponível em: [ttp://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm) Acesso: 18 de ago. 2018.

_____. **Regiões de influência das cidades (REGIC), 2007**. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>, acesso: 29 ago. 2013.

_____. **Sidra**: Banco de dados sobre Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 20 out. 2018.

_____. **Sidra**: Banco de dados sobre Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 20 out. 2018.

MARQUES, Z.M. et al. 100 anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão – Bahia. In FERNANDES, Marinalva Nunes; PIRES, Maria de Fátima Novais (Org.). **Diocese de Caetité**. 1ed. Caetité: EDUNEB, 2013. p. 312.

MENDES, B.J. **Caetité**: a terra a cultura e sua gente. Caetité, 1996.

MONTE-MÓR, R.L. O que é o urbano no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v.111, p. 09-18, 2006.

PIRES, M.F.N. **Fios da vida**: Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertões de Sima, 1860-1920. 1. ed. São Paulo, v. 1. Annablume Editora, 2009, p. 310.

RODRIGUES, A.M. desigualdades socioespaciais: A Luta pelo direito à cidade. **Cidades**, Brasília, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.

SANTOS, H.L. **Caetité pequena e ilustre**. ed. 2ª. Salvador, 1995.

SANTOS, J.A. **A cidade poli(multi)nucleada**: a reestruturação do espaço urbano em Salvador, 2008.402f. Tese (Doutorado em Geografia Urbana) - Faculdade de ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 152.

SCARLATO, F.C. O espaço industrial brasileiro: Geografia do Brasil. In: Jurandyr L.S.R. (Org.). **Geografia do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, P.C. da. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Bahia, n 58, 1978, p. 89-294.

SPOSITO, M.E.B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas de espaciais. In: CARLOS, A.F.; SOUZA, M.L. (Org.). **O espaço no fim do século** – a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

_____, M.E.B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2005.